



# Anais da Assembléia

Nº 124

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 89.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1990  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Ferrari Júnior e Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Vera Agibert (35). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Rafael Greca e Valdeir Mendes Vilela (18). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luciano Pizzatto (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no

uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, realização de uma Sessão Solene em comemoração ao dia da reforma e aniversário das Igrejas Luteranas a realizar-se no dia 31 de outubro do corrente ano, às 17:00 horas.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

### JUSTIFICATIVA:

A Igreja Luterana veio ao Paraná junto aos imigrantes alemães.

Tem se destacado no campo educacional, cujos imigrantes contribuíram para o progresso no Paraná.

No dia 31 de outubro comemora-se mundialmente o dia da Reforma, é uma oportunidade em que podemos prestar nossa homenagem ao grande reformador Martin Luther.

Excepcionalmente neste ano em que o Paraná, especificamente a Capital Curitiba sediou a 8.<sup>a</sup> Assembléia Mundial da Federação Luterana Mundial de Igrejas, realizadas em fevereiro de 1990. Nesta assembléia participaram representantes de mais de uma centena de Países, oportunidade em que conheceram o Paraná e a Capital.

#### REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para apreciação, discussão e votação do Projeto de Lei nº 339/90, de sua autoria, que "institui 1991 como o ano dos Transplantes no Estado do Paraná; cria a Cruzada de Doação de Órgãos; fixa data para realização do Encontro Estadual sobre Transplantes; determina a realização de concurso de reportagens e monografias e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 2375

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para apreciação, discussão e votação do Projeto de Lei nº 309/89, de sua autoria, "concedendo estímulos especiais a pessoas paranaenses que doarem, em vida, órgãos passíveis de serem transplantados, quando de sua morte, com o propósito de restabelecer funções vitais à saúde".

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 2365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 480/90, que altera a Lei n° 9302, de 19 de junho de 1990, que criou o município de Guaraituba.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

## REQUERIMENTO N° 2332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão do Projeto de Lei n° 260/89, na Ordem do Dia para votação em Redação Final, uma vez que o mesmo já foi aprovado nas discussões regimentais.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO N° 2368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 495/90, na Ordem do Dia da sessão plenária da próxima terça-feira, dia 23 de outubro, com a constituição da Assembléia em Comissão Geral, a fim de emitir Parecer sobre a matéria.

OBS: O Projeto de Lei n° 495/90, objetiva alterar os fins sociais da COPASA, dando-lhe nova denominação.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

## REQUERIMENTO N° 2376

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do veto aposto pelo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei n. 156/90, da ex-Deputada Arialba do Rocio Cordeiro Freire, que autoriza o Poder Executivo a implantar os Centros Integrados de Educação Pública, CIEP'S.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 2377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da sessão plenária de amanhã, dia 23 de outubro. (Com a transformação da Assembléia em Comissão Geral, para apreciação dos Projetos de Lei ns. 470, 494 e 498/90).

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO N° 2366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

## REQUERIMENTO N° 2378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n. 384/89, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Pais e Mães - COPAN, com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 2363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja inscrito nos Anais da sessão de hoje desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora RUTH FORTE, ocorrido no último dia 18.

A ilustre dama era casada com o Senhor Domingos Forte, destacado empresário do ramo industrial em União da Vitória e deixa os filhos Rosângela, casada com o Senhor José Carlos Huerga e Domingos Forte Filho, casado com a Senhora Tânia B. Forte, Dona Ruth Forte se sobressaía na comunidade paranaense pelas suas inestimáveis qualidades pessoais e por seu devotamento às causas de benemerência social, o que a fará lembrada de todos os que tiveram a ventura de conhecê-la e que hoje pranteiam o seu desaparecimento.

Dado o que requer seja a manifestação de luto desta Casa, levada ao conhecimento de seus familiares, em preito de saudade e reconhecimento à memória de tão ilustre dama paranaense.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO N° 2372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora Emilia Ferreira Schiffer, residente em Ponta Grossa, ocorrido em data de 13 de outubro em curso.

Pertencente à tradicional família daquela cidade, a Senhora Emília era viúva do Senhor Conrado Schiffer e mãe da professora Railda Schiffer, Chefe do Núcleo Regional da Educação. Era mãe de três outros filhos: Lisete, Conrado e Sérgio, de saudosa memória, bem como 4 netos. Na atividade profissional, era Diretora da Metalúrgica Schiffer - P. Grossa, função que exerceu com a maior probidade e capacidade administrativa.

O lamentável acontecimento entristeceu de forma profunda a sociedade princesina onde gozava do mais alto conceito e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Francisco Otaviano, n. 139 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, "Voto de Profundo Pesar" pelo falecimento do Sr. Alfredo Pietrobelli, ocorrido em data de 17 de outubro em curso, na cidade de Ponta Grossa.

Pertencente à tradicional família de Ponta Grossa o Sr. Alfredo era viúvo da Sra. Diva Cunha Pietrobelli, sogro de Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social Odeni Villaca Mongruel, deixa os filhos Nanci, Pedro, Atílio, Zacris e Edison, bem como os netos e bisnetos. Na atividade profissional, era industrial aposentado, em Ponta Grossa, função que exerceu com a maior probidade e capacidade administrativa.

O lamentável acontecimento entristeceu de forma profunda a sociedade princesina onde gozava do mais alto conceito e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Anita Garibaldi n° 137 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 22.10.90

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Transcrição:

#### REQUERIMENTO N° 2364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo anexo, intitulado "Poderes", que o jornalista Mauro Santanyana publicou no "Jornal da Tarde" do dia 12 do corrente, no qual promove uma brilhante e oportuna defesa do Poder Legislativo na sua expressão parlamentar.

Com efeito, aquela peça traduz a realidade dos fatos, ao ressaltar a importância fundamental dos Parlamentares, sendo vital destacar, nesta quadra histórica que o Brasil vive, a inserção orgânica do Parlamento, da liberdade de imprensa e da formação da opinião pública, nos processos de transição para um regime político pluralista, que aproveite as lições dos povos que amadureceram antes do nosso.

Sala das Sessões, em 22.10.90

(a) ANIBAL KHURY

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 530/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Moradores da Vila Jardim São Benedito", com sede e foro nesta capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.90

(a) ANIBAL KHURY

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Encerra a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos para fazer uso dos horários destinados às Lideranças partidárias, passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 480/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, acima aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que altera a Lei nº 9.302, de 19 de junho de 1990 que criou o município de Guaraituba. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 480/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, visa alterar a Lei nº 9302, de 19 de junho de 1990, que criou o município de Guaraituba.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18.10.90

(aa) ANIBAL KHURY- Presidente;

ALGACI TÚLIO - Relator.

O SR. NEIVO BERALDIN - (Pela Ordem) - O referido projeto que acaba de ser votado tem na sua origem alguns erros porque falta ter o respaldo dentro do que apregoa a Constituição Estadual e a Constituição Federal. Falta a esse projeto, passar pelas Comissões internas da Casa. Ele foi votado por este Plenário quando se transformou a Assembléia em Comissão Geral e eu perguntaria aos Senhores Deputados ou a alguns Senhores Deputados aqui presentes, se alguém conhece essa divisão desse Município, se passou por alguma Comissão interna dessa Casa, para que ele se tornasse um projeto legal.

Para tanto, eu queria trazer à baila esse problema da criação e divisão do Município, onde não participou a comunidade, onde não se colheu as assinaturas necessárias da população do município de Guaraituba, município de Colombo, enfim, é mais um assunto que se aprova às pressas e nesse caso, pode-se estar prejudicando uma comunidade. Eu sei que o projeto está em regime de urgência. No entanto, eu quis colocar a questão da criação desse Município para reflexão dos Senhores Deputados que estarão aprovando uma Lei que evidentemente, sem ter tomado conhecimento através das comissões internas da Casa.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Em sequência da questão de ordem levantada pelo Deputado Neivo Beraldin, a Mesa informa que o Projeto passou por uma Comissão Geral, teve o seu relatório aprovado por esta Assembléia e a Emenda que mo-

difica o artigo da Lei, inclusive teve várias assinaturas de vários Deputados.

Para a questão de ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) O projeto está aprovado em 2ª discussão.

O SR. NEIVO BERALDIN - Eu apenas queria trazer à baila a questão porque depois, numa eventual ação judicial ou outro ato, possa ser a Assembléia concededora desse assunto.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) V.Exa. teve oportunidade de questionar o projeto, inclusive provocar a sua derrubada na sessão.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - (Pela Ordem) Isso já é matéria vencida.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 95/89, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que autoriza o Poder Executivo a criar Parque Florestal no município de Guarapuava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.E.M.A., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede a Senhora D<sup>ña</sup> AMARAL, viúva do ex-Prefeito do município de Campo Mourão, Horácio Amaral, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE  
PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 175/89

Art. 1º - Fica concedida a Sra. D<sup>ña</sup> AMARAL, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 12.850,28 (doze mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros e vinte e oito centavos).

Parágrafo Único - Esta pensão será reajustada de acordo com o aumento dado ao funcionalismo público estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.90

(a) ALGACI TÚLIO.

Apoiamiento: Paulino José Delazeri, Hermas Brandão, Raul Lopes e Pirajá Ferreira.

## JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Federal n° 7.789, de 03 de 07 de 1989, deixou de existir o salário-mínimo referência e o piso nacional de salários, vigorando apenas o salário-mínimo. A mesma Lei, tomando por base o artigo 7°, inciso IV da Constituição Federal, proibiu a vinculação de salário-mínimo para qualquer fim, ressalvado os benefícios de prestação continuada pela Previdência Social.

Para preencher o vazio decorrente da aplicação constitucional, foi editada a Lei Federal n° 7.843, de 18 de outubro de 1989, que estabelece em seu artigo 2° que os valores expressos em quantidades de salário-mínimo de referência na legislação em vigor, ou a ele vinculada, passam a ser calculados em função do Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

Por não poder ser o salário-mínimo utilizado de base de cálculo por outros valores e por ser a alteração de cada SMR para 40 BTNs efetua automaticamente pelo órgão responsável pelo pagamento das pensões mensais concedidas, é que apresentamos a presente Emenda Substitutiva Geral. Aprovado o Substitutivo Geral.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 108/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Itacolomi. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 109/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 184/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que institui a Federação das Instituições de Ensino Superior do Vale do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

## COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 184/89

## PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade instituir a Federação das

Instituições de Ensino Superior do Vale do Iguaçu.

Ao proceder à sua análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18.10.90

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator.

## SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N° 184/89

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Federação das Instituições de Ensino Superior do Vale do Iguaçu, formada pela Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas, com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, como entidade autárquica, sob tutela administrativa da Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento, na forma do Artigo 8°, da Lei Federal n° 5.540, de 28 de novembro de 1968, sem fins lucrativos, regendo-se sob regime unificado e pela legislação específica vigente.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, num prazo de sessenta (60) dias, a contar da sua publicação.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamiento: Antônio Costenaro Neto, Werner Wanderer, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira.

## JUSTIFICATIVA:

O presente substitutivo geral, tem o objetivo de adequar a iniciativa às normas da Lei n° 8.485, Lei de organização do Poder Executivo no sistema de administração pública, pois em seu artigo 6°, § 2°, especifica que o Executivo Estadual, não mais utilizará a forma de órgão de regime especial, para o desempenho de sua atividade. Aprovado o substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 349/89, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que concede pensão mensal a Senhora Zuleica Teodoro de Oliveira, viúva do ex-Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, no valor equivalente a dois (02) salá-

rios-mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI N° 349/90

##### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica concedida a Senhora ZULEICA TEODORO DE OLIVEIRA, viúva do ex-Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 12.850,28 (doze mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros e vinte e oito centavos).

Parágrafo Único- Esta pensão será reajustada de acordo com o aumento dado ao funcionalismo público estadual.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Hermas Brandão, Paulino José Delazeri, Raul Lopes e Pirajá Ferreira.

##### JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n° 175/89, visa conceder pensão mensal no valor de dois salários-mínimos de referência a Sra. Déa Amaral, viúva do ex-Prefeito do Município de Campo Mourão.

Pela Lei Federal n° 7789, de 03.07.89, deixou de existir o salário-mínimo de referência e o piso nacional de salários, vigorando apenas o salário-mínimo. A mesma lei, tomando por base o contido no art. 7°, inc. IV da Constituição Federal, proibiu a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, ressalvados os benefícios de prestação continuada pela Previdência Social.

Para preencher o vazio decorrente da aplicação constitucional, foi editada a Lei Federal n° 7843, datada de 18.10.89, que estabelece em seu art. 2° que os valores expressos em quantidades de salário-mínimo de referência, na legislação em vigor, ou a ele vinculados, passam a ser calculados em função do Bônus do Tesouro Nacional.

Por não poder ser o salário-mínimo utilizado de base de cálculo para outros valores e por ser a alteração de cada SMR para 40 BTN's efetuada automaticamente pelo órgão responsável pelo pagamento das pensões mensais concedidas, é que apresentamos a presente Emenda Substitutiva Geral.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 358/89, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - COMCAM, com sede e foro no

Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 389/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES DE DOUTOR CAMARGO, com sede e foro no Município de Doutor Camargo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 399/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que altera a redação do art. 1° da Lei n° 9184, de 08.01.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 399/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado José Rogério Carvalho, tem por finalidade alterar a redação do art. 1° da Lei n° 9184, de 08.01.90.

Ao proceder à sua análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 142/89, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. HOMERO TABAJARA CARDOSO LOUREIRO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 50, de 12.06.89).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 134/89

Autor: Deputado Lindolfo Júnior

##### PROJETO DE LEI N° 142/89

Autor: Deputado Ezequias Losso

Designado pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça como relator desses dois projetos de lei, os quais visam conceder honrarias ao Sr. Homero Tabajara Cardoso Loureiro, em análise vimos que, o projeto de lei de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, concede título de cidadão honorário a um paranaense, o que não é permitido pela legislação aplicável ao caso. O projeto de lei de autoria do Deputado Ezequias Losso, concede título de

cidadão benemérito, cuja propositura encontra respaldo popular.

Assim sendo, este Relator requer, após ouvido os integrantes desta Comissão, o arquivamento do Projeto de Lei n° 134/89, tendo em vista sua impossibilidade jurídica.

Por outro lado, tendo em vista que o Projeto de Lei n° 142/89 encontra-se sem vício constitucional, o nosso Parecer é Favorável à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 15.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

VALDERI MENDES VILELA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 239/90, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que declara de Utilidade Pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no Município de Imbituva - PR. (Publ. no D.A. n° 41 de 19.04.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 239/90

#### P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria da nobre Deputada Vera Agibert, tem a finalidade de declarar de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Imbituva, neste Estado.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se em conformidade com os ditames da Lei n° 6994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

FERRARI JÚNIOR - Relator

Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 458/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que estabelece incentivo fiscal a empresas instaladas no Paraná. (Publ. no D.A. n° 101, de 28.09.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 458/90

#### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade estabelecer incentivo fiscal a empresas instaladas no Paraná.

Sob o aspecto legal e constitucional não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

- Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Como está em primeira discussão, e eu não encontrei o projeto na Ordem do Dia, votaremos favorável, nos reservando à questão para votação de amanhã em segunda discussão, porque me parece, Sr. Presidente, que incentivos fiscais, prorrogações, dilações, pela nova Constituição, só podem ser votados caso a caso por esta Assembléia, com especificações do caso de cada um. Portanto, nós, confiando no alto espírito de Vossa Excelência que está presidindo a Mesa hoje, votaremos a favor com reserva, para que amanhã se possa discutir melhor.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 518/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARTISTAS PLÁSTICOS DO PARANÁ - APAP-PR, com sede e foro nesta Capital. (Publ. no D.A. n° 120, de 15.10.90).

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Não terminou a votação da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda não. Estamos no último item. Parecer ao Projeto de Lei n° 518/90. (Lê Parecer).

#### COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 518/90

#### P A R E C E R:

De autoria da Deputada Vera Agibert, o presente plano de lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Artistas Plásticos do Paraná - APAP-PR, com sede e foro nesta Capital.

Analisada a matéria por esta Comissão, vemos que a mesma encontra-se em conformidade com a Lei n° 6994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, opinamos favoravelmente ao projeto em tela, por nada encontrarmos que possa impedir sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.10.90.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

FERRARI JÚNIOR - Relator



podendo receber o repasse devido à falta de rubrica orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A informação que a Mesa tem é de que o Presidente Anibal Khury não teria autorizado a inclusão na Ordem do Dia da suplementação de verba, razão pela qual nós então entendemos de que o pedido do Deputado Eduardo Baggio é deferido em função de que ele necessita desse espaço para poder fazer uma análise mais completa em relação ao Projeto.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Apenas para esclarecer o nobre Líder do Governo, que evidentemente nós estamos pedindo este prazo de 48 horas, nós já estamos em estudos e no trabalho do Parecer, mas se for possível e na sessão de amanhã nós pudermos entregar, obviamente que nós sabemos da responsabilidade que nos foi imposta, portanto, nobre Líder, Deputado Caíto Quintana, nós vamos nos esforçar para que isso aconteça e para que nós possamos entregar amanhã.

Agora, pedi um prazo maior, evidentemente para que nós pudéssemos por qualquer motivo aí obter uma elasticidade maior. Agradeço a vossa compreensão, Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Havendo entendimento do Deputado Caíto Quintana, então tem o prazo de quarenta e oito horas o Senhor Relator, Eduardo Baggio, para complementar os estudos com relação à suplementação de verbas.

Requerimento de n° 2332, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2376, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2375, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2374, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2369, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2363, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2364, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2372, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2373, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2378, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2377, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Prejudicado.

Requerimento de n° 2368, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Gostaria de saber de Vossa Excelência sobre um requerimento que se encontra sobre a mesa, de minha autoria, pedindo a inclusão na Ordem do Dia das matérias de suplementação. Vossa Excelência leu e foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esse é o requerimento que nós deferimos o pedido do Deputado Eduardo Baggio dando-lhe 48 horas para emitir parecer.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então, Vossa Excelência não colocou em votação o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ele ficou prejudicado em função do pedido do relator e do acordo com Vossa Excelência concordou com o relator.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas o próprio Deputado Eduardo Baggio colocava de que a ampliação do prazo para 48 horas não significa que ele necessite das 48 horas, no requerimento verbal. Eu gostaria que Vossa Excelência votasse o requerimento para inclusão na Ordem do Dia, se eventualmente o Deputado não tivesse o parecer, ele poderia dar esse parecer, obviamente não votaria por falta do parecer, mas havendo o parecer nós podemos incluir na Ordem do Dia e votar.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Eu solicitei de Vossa Excelência o prazo mínimo necessário, não significa evidentemente que eu gostaria que permanecesse esse prazo para que eu pudesse dar o meu parecer ciente daquilo que estou fazendo. Portanto eu não quero assumir um compromisso de amanhã estar com o parecer pronto e ficar prejudicado o requerimento de Vossa



Aprovado.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, recebi hoje, em resposta do Governo do Estado, estes documentos que se referem a um pedido de informações formulado ao Governo.

Este pedido de informações está baseado num requerimento aqui formulado e aprovado, em data de 1º de agosto de 1990; com seguinte teor: (Lê requerimento que posteriormente foi encaminhado à Mesa Executiva).

Muito bem.

E eu recebi informações do Secretário da Agricultura, que se constitui num desrespeito ao Legislativo.

O atual Coordenador da Campanha do Sr. Roberto Requião, encaminha aqui: "Paraná Rural - Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná; Paraná Rural - Programa e Manual Operativo do Fundo de Manejo e Conservação do Solo."

Orá! Estes documentos são da Secretaria da Agricultura. Não respondeu nenhum item do requerimento! E este requerimento já foi respondido fora do prazo.

Eu encaminho à Mesa toda esta documentação, para que a Comissão Executiva emita parecer em cima destas informações, se são satisfatórias ou não, se real e efetivamente foram respondidos ou não requerimentos. Se constatado que a resposta não está de acordo com aquilo que foi formulado no requerimento, abra-se processo de responsabilidade contra o Secretário da Agricultura, por desrespeito ao Legislativo.

Em segundo lugar, no dia 22 de agosto de 1990, eu recebo o seguinte ofício (Lê): "Senhor Deputado, em atenção ao seu requerimento enviado à Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, informo a Vossa Excelência os esclarecimentos enviados pela Secretaria de Estado da Comunicação Social. As cópias solicitadas por Vossa Excelência atingirão, aproximadamente 200.000 documentos, entre pedidos de autorização, faturas, comprovantes de publicação e inserção, liquidações, boletins e outros, afora transcrição e reprodução dos roteiros de rádio e televisão, o quanto obriga aquela Secretaria a intercalar o uso de equipamento e pessoal para atender o seu pedido e ainda atender os serviços mensais daquele órgão.

Por esse motivo há que se aguardar a remessa dos referidos documentos que se dará através da Diretoria Geral daquela Secretaria em lotes da documentação solicitada à medida em que forem ficando prontos.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Assinado: Luiz Chemin Guimarães

Procurador Geral do Estado."

Este ofício é do dia 22 de agosto, já estamos no dia 22 de outubro, são 60 dias e não recebi nenhum documento.

Da mesma forma, encaminho cópia desse ofício à Mesa, solicitando seja encaminhado expediente à Procuradoria Geral do Estado, da Justiça, para que encaminhe, de imediato, os 200.000 documentos que se referem à propaganda e publicidade do Governo Álvaro Dias, requerido há quase dois anos, por este Deputado, para que possamos tomar conhecimento disso e para que a Assembleia e o povo paranaense possam tomar conhecimento disso também, sob pena de imediata abertura de processo de crime de responsabilidade inclusive do Senhor Procurador da Justiça.

Nestes termos, encaminho à Mesa, aguardando o breve e necessário esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa recebe a documentação para que possa emitir o seu parecer e sejam tomadas as devidas providências.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2.366, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Em votação. Aprovado.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Solicito do Presidente em exercício, um prazo de mais 48 horas, se for possível, apresento amanhã o meu Relatório com relação àquelas emendas de suplementação do Governo do Estado. Solicito que Vossa Excelência me conceda este prazo para fazer o devido Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere o seu pedido.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, sobre a mesa há um requerimento de solicitação de inclusão na Ordem do Dia da matéria. Eu recorro que quando aprovada a transformação da Assembleia em Comissão Geral, foi votado o requerimento e anunciado - e as notas taquigráficas podem nos orientar - que a Presidência anunciou a designação do Relator com 48 horas de prazo para dar o Parecer.

Então, data vênica, eu solicito a Vossa Excelência e do Deputado Eduardo Baggio, que até amanhã nós tivéssemos o Parecer formalizado, condicionando a entrada, na Ordem do Dia, de matéria de suma importância para o desenvolvimento administrativo do nosso Estado, inclusive das Prefeituras que têm problemas cruciais com professores conveniados com o Estado e que não estão

**Excelência.**

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Se Vossa Excelência amanhã apresentar à Mesa, evidentemente que ainda no período da manhã esse relatório, será colocado na Ordem do Dia, para o dia seguinte, evidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria da inclusão na Ordem do Dia, veja bem na prática, se nós tivéssemos o Projeto na Ordem do Dia amanhã, se eventualmente o relator geral não tivesse o relatório, obviamente nós não poderíamos votar, então transferiríamos para a próxima reunião. Mas, se eventualmente o relatório já estivesse pronto, o projeto já estaria na Ordem do Dia, e como é comissão geral é dado em Plenário facilitaria, agilizaria a votação desse Projeto. Então, gostaria que Vossa Excelência pusesse em votação o requerimento para inclusão na Ordem do Dia, porque obviamente nós temos consciência de que vai depender do relator estar com o parecer pronto ou não, se não transfere o projeto para a próxima sessão que complementa as 48 horas solicitadas.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu indago a esta Presidência: apresentei dois requerimentos pedindo inclusão de projetos na Ordem do Dia. Qual foi a deliberação sobre os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Pedro Tonelli, a Mesa vai fazer um levantamento da situação dos presentes projetos aqui e tem o prazo de 24 horas para lhe dar a resposta.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço, porque tem um projeto aí que foi retirado da Ordem do Dia por uma sessão e já houveram 39 sessões e não voltou. Então, estou requerendo a reinclusão do devido projeto na Ordem do Dia. Eu espero que a Presidência inclua os dois projetos no máximo até o final desta Legislatura.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente Algaci Túlio, nós tivemos hoje o privilégio e a satisfação de receber em nosso gabinete todos os prefeitos que integram a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí e muitos outros que integram outras associações, e todos nos suplicavam que viéssemos a Plenário solicitar de Vossa Excelência e do Presidente Anibal Khury a inclusão do projeto de lei que trata da suplementação orçamentária porque a maioria desses Prefeitos estão há mais de três meses sem receber os convênios, estão há mais de três meses pagando altíssimos juros nos bancos. E nós enten-

demo que o requerimento feito pelo Líder, Deputado Caíto Quintana ele tem procedência e é merecedor das atenções de nossa parte no sentido de que aprovado como já foi a transformação da Assembléia Legislativa em Comissão Geral para apreciar essa Mensagem, esse projeto de lei nós passamos a incluir na Ordem do Dia para sessão de amanhã a análise e a votação em 1.ª discussão desse projeto, evidentemente que se por algum motivo o Deputado Eduardo Baggio não apresentar o seu relatório nós não poderemos votar o projeto e decidiremos se permanece o Deputado Eduardo Baggio como relator ou se outro será indicado. Mas, nós precisamos, Senhor Presidente, que esse projeto venha à Ordem do Dia, na sessão de amanhã, para que nós possamos sanar de vez esse grave problema que hoje paira em todo o Estado do Paraná, que é a falta de recurso, para que os Prefeitos possam cumprir com seus compromissos básicos de administração.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está mantida a decisão do Presidente, de atender o requerimento do Deputado Eduardo Baggio. A votação está adiada por 48 horas a menos que o Deputado Baggio amanhã apresente o seu relatório, nós faremos com que seja no dia seguinte incluído na Ordem do Dia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, pela ordem.

Eu não sei se Vossa Excelência se encontrava em Plenário, mas é uma questão de ordem prática, possível da Mesa deferir: determinar a votação da inclusão na Ordem do Dia eu entendo, Senhor Presidente, se eventualmente o Relator não puder apresentar o parecer, é evidente que nós não vamos votar.

Agora, se eventualmente o Relator amanhã estiver com seu relato pronto, já está incluído na Ordem do Dia. Se não estiver transfere-se para a próxima sessão, até o momento em que o Relator possa dar o parecer. Apenas para que ele passe a figurar na Ordem do Dia, aguardando o parecer do Relator, e isso nos economizaria no mínimo 48 horas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, pela ordem.

Senhor Presidente, eu estranho esse pedido do nobre Deputado Eduardo Baggio; porquanto, eu estou lembrado que, quando Vossa Excelência o designou Relator da matéria, ele solicitou 48 horas, apenas 48 horas. Já foram transcorridas essas 48 horas.

Agora, ele pede mais 48 horas. Vossa Excelência concede. Depois mais 48 horas, enquanto isto a administração pública está

sofrendo; sofrendo percalços imprevisíveis.

Veja Vossa Excelência que agora já são os Prefeitos que estão vindo a esta Casa exigir que cada Deputado não compareça apenas no fim do mês, para receber o seu vencimento, mas, que cumpra com o seu dever.

Eu que conheço o espírito público do Presidente desta Casa, não posso jamais acreditar que haja uma atitude premeditada do Presidente, em criar obstáculos, para que o Paraná continue trabalhando, para que o Paraná continue produzindo.

Não é este o papel do Poder Legislativo. O Poder Legislativo, quando o Deputado chega a Presidência de um Poder, ele tem que se despir das suas idiossincrasias ele tem apenas que pensar no posto que ele está investido, que é de Presidente da Casa; e eu acredito que Vossa Excelência esteja de forma premeditada tentando criar obstáculos à tramitação desta matéria, tão importante para o Paraná.

Eu espero que essas 48 horas não se prolonguem por 96, porque daí o povo já vai começar a desconfiar até do Relator, até do Relator. Não só da Presidência da Casa, mas até do Relator.

Estão aí as eleições, com 49% de votos nulos e brancos demonstrando a profunda decepção do povo, com os membros dos Poderes Legislativos neste País.

Eu agradeço. Vossa Excelência acha que estou sendo extensivo demais. Eu agradeço Vossa Excelência.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de conceder a palavra a Vossa Excelência, eu quero responder ao nobre e experiente Deputado Erondy Silvério.

A Presidência realmente, e eu faço a minha confissão perante os Prefeitos aqui, não tem boa vontade com o Governo do Estado: porque o Governo do Estado usou e abusou das verbas que lhe foram concedidas por esta Casa.

O projeto será incluído na Ordem do Dia de depois de amanhã, e eu concedo 24 horas a Vossa Excelência para apreciação do seu Parecer.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu já tinha solicitado primeiro.

Eu apenas queria dizer ao nobre Deputado Erondy Silvério que, a carapuça que ele atirou, a mim não me serve. Eu desde o início em que recebi esta incumbência de Vossa Excelência achava exíguo o tempo, pois, no final da reunião de quinta-feira, solicitei evidentemente, para dar um

parecer consciente, do meu dever. Eu sei aquilo que estou fazendo, sei a responsabilidade da qual me foi imposta.

Portanto, Senhores Prefeitos, que fiquem tranqüilos, pois eu sei a obrigação que terei que tomar aqui neste meu parecer; e, a carapuça que me foi atirada, evidentemente, não me serve.

Tenho um passado que me avaliza. Tenho uma vida inteira que a própria população do Estado do Paraná já me julgou por duas vezes e não é pelo fato de um parecer que darei, que terei meu nome sujo na história do meu Paraná.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, eu não pretendia fazer nenhum tipo de manifestação, mas diante da maneira como procedeu o ilustre Deputado Erondy Silvério ao referir-se ao nobre Relator desta matéria, Deputado Eduardo Baggio, eu quero me posicionar.

Eu acho que o Deputado Eduardo Baggio ao pedir um prazo para relatar essa matéria do Executivo, ele o faz com seriedade e é preciso que o Relator haja desta maneira.

Esta Assembléia aprovou o orçamento para este ano, exatamente como Sua Excelência o Governador pediu na época apropriada a esta mesma Assembléia já votou três vezes suplementações de verbas ao Governo do Estado, que fez um orçamento errado, senão não teria pedido suplementação de verba a esta Assembléia, Senhor Presidente, votou recentemente, quando do encerramento das sessões do mês de julho uma suplementação do Governo do Estado do Paraná e ao meu ver a Assembléia cometeu um equívoco, exatamente por falta de Relator para aquela matéria. Tanto é verdade, Senhor Presidente, que eu entrei, como Deputado desta Casa, no Supremo Tribunal Federal contra o ato pela Assembléia tomado e recebo informação hoje de que o Procurador Geral da República encaminhou ao Supremo o seu Parecer entendendo também como um erro da Assembléia quando da suplementação anterior, então é necessário sim, que o Senhor Deputado Eduardo Baggio tome muito cuidado, analise com muita cautela, porque na vez anterior nós votamos inclusive, oitocentos milhões de cruzeiros do Governo do Estado do Paraná para ser gasto em propaganda na televisão.

É isto que o povo não nos perdoa, Senhor Presidente. É isto que o povo não nos perdoa quando vai votar. Nós demos ao governador recentemente oitocentos milhões de cruzeiros para ele gastar em propaganda na televisão.

Eu vou votar a matéria, mas quero ver e quero ler com atenção a posição do Senhor Eduardo Baggio que é o Relator desta

matéria.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, eu quero neste momento dizer a Vossa Excelência de que os homens públicos que viveram através da demagogia, utilizando das tribunas da Assembléia Legislativa do Paraná, me perdoe o Deputado Ferrari Júnior, quando Vossa Excelência acusa as suplementações de verbas votadas ao Governo do Paraná, Vossa Excelência se esquece que no Congresso Nacional também foram votadas muitas suplementações de verbas para o seu Presidente da República, Fernando Collor de Mello, que está matando a agricultura do Paraná.

O que eu acho importante é que nós não podemos viver mais aqui na Assembléia Legislativa do Paraná esse clima que nós vivemos pelos períodos eleitorais, aonde não há consciência de alguns Parlamentares pelo desejo pessoal da política criarmos ou prejudicarmos, como estamos prejudicando, não o Deputado Dirceu Manfrinato.

Eu estou aqui para votar a suplementação do Governo, porque ela não atende o desejo do Deputado Dirceu Manfrinato, ela atende o desejo da população do nosso Estado, em consequência prejudicando os Prefeitos paranaenses.

Nós estamos com os funcionários atrasados. Os professores que têm convênio com a Secretaria da Educação com as Prefeituras já estão indo há mais de dois meses sem receber os seus salários.

Acusam o Governador Álvaro Dias, quando na verdade o Governador Álvaro Dias não tem responsabilidade por esse fato. A responsabilidade está sim aqui dentro da Assembléia Legislativa do Paraná, constituída por 54 Senhores Deputados e nós temos o dever e a obrigação de votar na subvenção do Governo do Estado, uma vez que se prega neste País hoje a mentira do Governo Federal onde diz que neste País não existe mais inflação. Isto não é verdade. Nós estamos passando por uma vergonha na administração pública federal deste País. Por isso é que faço um apelo, Senhores Deputados, aos Prefeitos que aqui estão, se estiverem faltando mais Prefeitos que venham conosco, como fizeram os professores nas galerias da Assembléia do Estado, venham para cá os Prefeitos para defenderem os interesses da sua comunidade, defenderem aqui as injustiças cometidas. Nós queremos a presença dos Prefeitos para que seja votada essa suplementação orçamentária para que possa pagar o salário dos funcionários que estão adidos na rede estadual com a rede municipal.

Meu caro Presidente, Deputado Anibal Khury, a imprensa tem feito muitos comentários que Vossa Excelência está tentando prejudicar essa questão em razão da polí-

tica, que nós estamos no segundo turno, mas eu acho que Vossa Excelência, pelo menos na concepção do Deputado Manfrinato, tenho muito respeito por Vossa Excelência e eu espero que Vossa Excelência demonstre aos Prefeitos do Paraná, demonstre à imprensa do meu Paraná dizendo que não é o seu desejo e vamos votar essa matéria de interesse, não do Governador Álvaro Dias, não do Deputado Anibal Khury nem do Deputado Manfrinato nem dos outros Deputados, mas sim de interesse do Paraná, porque nós não podemos parar com todas as crises que vivemos.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Palmas...).

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, só para confirmar: o senhor falou, anunciou que na próxima quarta-feira o senhor incluiria esse projeto de suplementação na Ordem do Dia. Eu só gostaria de ratificar isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas o senhor mesmo está dizendo que eu vou colocar quarta-feira.

O SR. RENATO ADUR - Quarta-feira na Ordem do Dia. Era só isto que eu queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não está lidando com a professora.

O SR. RENATO ADUR - Eu não havia entendido bem, Senhor Presidente. Era só isto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, é desejo do Deputado ouvir como sempre ouvi de Vossa Excelência porque é, a palavra de Vossa Excelência na tribuna ou até mesmo na Mesa Executiva, para o Deputado Dirceu Manfrinato um documento. O desejo do Deputado e o meu também neste momento é ouvir de Vossa Excelência a palavra de Vossa Excelência que entrará na quarta-feira. O desejo de todos os Prefeitos porque nós sabemos, meu caro Presidente, que essa verba não vai prestigiar só os Prefeitos do PMDB, os Prefeitos que estão ao lado do Governador Álvaro Dias. Quantos Prefeitos também coloridos serão beneficiados pelo convênio? Eu gostaria de ouvir de Vossa Excelência se na quarta-feira, porque eu acredito em Vossa Excelência - estará a matéria a ser votada. Gostaria de ouvir de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa conversou com o Deputado Baggio, o Relator, e ele acedeu em entregar o Parecer

na quarta-feira. Portanto o projeto estará na Ordem do Dia de quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimetal, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 207/90.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 175/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 184/89, 349/89, 358/89, 389/89, 399/90, 480/90 e 499/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 142/89, 239/90, 458/90 e 518/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 367/90, 508/90, 520/90 e 528/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1990.

#### "PODERES"

Mauro Santayana

Não há na história parlamentar do mundo, notícia de corpos legislativos imunes à corrupção, à preguiça, aos palavrões, aos pescoções e ao ridículo. Os Parlamentares surgiram, nas sociedades primitivas, como apelo da razão contra a força - enfim, para que a borduna fosse substituída pela palavra. A ironia nem sempre basta, porém. Os adjetivos se tornam mais ásperos no curso dos debates e, muitas vezes, incitam os atos de ira. Em todos os tempos, em todos os lugares, as armas são chamadas para reagir aos insultos ou simplesmente substituir a razão, nas salas parlamentares. Em um dos mais famosos Plenários, o do Senado Romano, os punhais de Cássio e Bruto dilaceraram a ditadura que habitava as entranhas de César e, ao longo do tempo, os ferros e o chumbo têm servido para confirmar ou desviar o curso da História.

Os Parlamentos são o que são as sociedades que os constituem, e nunca houve sociedade perfeita. A cultura não chega a ser virtude moral, como tantos ingênuos supõem, e tampouco é virtude política. A "KULTUR" germânica, com o Senhor Heidegger de Cambulhada, deu naquele bando de palhaços e assassinos. Recentemente, tivemos a desestruturação do Senhor Althusser, como há 200 anos tivéramos a do Senhor Emmanuel Kant: o que parece ser lucidez absoluta

pode ser a véspera da mais absoluta insanidade - pessoal e coletiva.

Quanto ao ridículo, não há o que se falar. O já citado César, ao lembrarem, em debate no Senado, sua aventura com o rei da Bitínia (o episódio é "esquecido" pelos biógrafos mais conhecidos do grande estadista: para conseguir alguns navios emprestados, o jovem César consentiu em um encontro homossexual com o soberano), retrucou que servira a Roma de dois modos, como mulher naquela ocasião e como homem com Cleópatra. Não faz muito tempo, no civilizado Bundestag, em Bonn, um representante dos "verdes" protestava contra a natureza: não podia admitir que o ato físico de amor entre o homem e a mulher fosse como é, a seu ver um ato de violência "machista". Quanto às corrupções, não temos muito o que dizer. Rara é a legislação, nos Estados Unidos, em que não surja um escândalo, maior ou menor, envolvendo parlamentares até então tidos como exemplos de dignidade nos dois partidos. Na Europa, nem se fala: da Suíça a Dinamarca, e da Inglaterra a Portugal, os escândalos são rotineiros.

Pela violência, pela corrupção, pelo ridículo - devemos fechar os parlamentos do mundo? É claro, não. Disparam-se tiros nos Parlamentos, mas se disparariam muito mais, nas ruas, se as câmaras não se reunissem. Há Deputados irresponsáveis, que recebem sem comparecer ao Plenário e às Comissões? Talvez seja melhor que falem a que compareçam. Os subsídios que recebem, bem como os atos de corrupção registrados, são as taxas do inevitável. Trata-se de "prêmios" de seguro que a sociedade paga a fim de manter os seus direitos políticos. De qualquer maneira, estando abertos os Parlamentos, e havendo eleições sucessivas, pode-se esperar que tais custos marginais se reduzam. Não podemos pretender um Parlamento de anjos. Haverá sempre corruptos, cretinos e malandros entre os escolhidos pelo povo.

O que não se diz é que tais exemplos são minoritários, e que o Congresso, enfrentando as dificuldades decorrentes de uma sociedade dinâmica e cheia de contrastes, trabalha. E trabalha muito. Os jornais não registram o que se passa nas comissões, nem mesmo refletem o que ocorre no Plenário. Durante quase 30 anos tudo se fez, neste país, para desmoralizar o Congresso, e os meios de comunicação, com má ou boa fé, dependendo dos casos, contribuíam para essa desmoralização. Que pretendem, ao atacar e ridicularizar a atividade parlamentar? Fechar o Poder Legislativo? E por que instituições querem substituí-lo? Por um Colégio de anciãos, pela Academia Brasileira de Letras ou pelo Alto Comando do Exército? Ou, quem sabe,

por uma renovada Câmara dos Quarenta?

O Poder Executivo, no sistema presidencialista, tem repetido, no Brasil, a velha ojeriza dos reis pelas casas parlamentares. A televisão veicula, nestas semanas eleitorais, uma pequena história sobre o uso de carros oficiais, em que um dos personagens, com manifesto duplo sentido, diz ao chofer: "quando passar perto do Congresso, o senhor avise". Trata-se de mensagem nada subliminar contra o Parlamento.

A mesma agência poderia, talvez, se tivesse sido contratada pelo Congresso e não pelo Planalto, dizer que a Câmara e o Senado, com toda a sua "mordomia", com seus milhares de servidores e arcando também com o orçamento do Tribunal de Contas

da União, custa à nação mais ou menos um terço do que custa apenas a Presidência da República. Sobre isso não se fala.

O Congresso tem a sua culpa. Na era da propaganda e das comunicações de massa, o Parlamento é um poder quase mudo. Os jovens jornalistas preferem as "fofocas" do salão verde ao que se passa no Plenário. As mesas da Câmara e do Senado não reagem, como deviam, aos ataques desferidos contra o Parlamento como um todo. O resultado está aí: ninguém sabe o que fazem os Deputados. Só sabem que eles ganham "muito". Não entendem os eleitores que votaram em branco, em protesto contra o "muito", que os seus verdadeiros inimigos não estão entre os que vivem dos subsídios, mas entre os que deles não necessitam.